



# ILEGALIDADES E RESPONSABILIZAÇÃO PELA APROVAÇÃO TARDIA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

AMANDA LAYS OLIVEIRA DE MACÊDO/UNIRN  
FRANCISCO VALMIR DIAS SOARES JÚNIOR/IFCE  
Natal-RN | Fortaleza-CE

## INTRODUÇÃO

As políticas de gestão orçamentária, juntamente com a política fiscal, cambial, creditícia, social e educacional traçam a sociedade que se espera ter e quanto se dispões pagar de impostos para isso. Apesar da tamanha importância, o exercício financeiro termina sendo iniciado sem que o Congresso Nacional tenha aprovado a LOA, assim o país vai em sentido oposto à modernização

Assim, ao mesclar as ideias defendidas pelo pesquisador com ideias de autores diversos, há a grande oportunidade de compactuar ou não com os posicionamentos firmados pela doutrina. A segunda nos permitirá valer-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico (SILVA, 2003).

## DESENVOLVIMENTO

Os procedimentos metodológicos implicam na descrição do tipo de metodologia utilizada para realizar a pesquisa, que podem ser determinados pelo tema escolhido. De acordo com Drumond e Silveira (2012, p. 125): “[...] metodologia descreve como o projeto será realizado. Aconselha-se partir dos objetivos do projeto para definir que tipo de método é mais apropriado”.

## CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, chega o momento de identificar o alcance dos objetivos propostos, sejam o objetivo geral e os objetivos específicos, bem como a aprovação da hipótese. Dessa forma, cabe ao momento final desse trabalho a verificação dos pontos anteriormente tratados

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.  
Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília, publicado em 04 de maio de 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2015 ; FELGUEIRAS, José Antônio. Contabilidade pública. Teoria e 420 questões de concursos com gabarito. 1 a edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. ; PALUDO, Augustinho. Orçamento público, AFD e LRF. Teoria e questões. 4a edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. ; SILVA, Antonio Carlos Ribeiro. Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade: Orientações de Estudos, Projetos, Artigos, Relatórios, Monografias, Dissertações, Teses. São Paulo: Atlas, 2003. ; TORRES JUNIOR, Paulo Fernando Feijó. Da execução provisória do orçamento da União no exercício de 2013. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 18, n. 3794, 20 nov. 2013. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/25921>>. Acesso em: 3 set. 2015.

